

Office Total S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Office Total S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Office Total S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Office Total S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

OFFICE TOTAL S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.368	18.656	27.967	24.713	Fornecedores	13	11.498	7.408	12.913	9.502
Contas a receber de clientes	5	10.340	7.723	12.035	9.712	Empréstimos e financiamentos	14	18.838	14.937	20.125	16.222
Estoques	6	10.110	8.761	11.552	10.681	Arrendamento a pagar	15	1.309	1.386	1.309	1.386
IR e CS a recuperar	7.1	6	5	16	253	Obrigações trabalhistas	16	5.484	4.641	6.305	5.405
Outros impostos a recuperar	7.2	267	157	371	261	Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.1	182	11	317	132
Outros valores a receber	8	3.076	971	3.237	1.050	Outros impostos a pagar	17.2	2.081	2.016	2.521	2.444
		<u>42.167</u>	<u>36.273</u>	<u>55.178</u>	<u>46.670</u>	Dividendos e JCP a pagar	22.3	1.976	-	1.976	-
						Outras contas a pagar	18	554	1.240	792	1.558
								<u>41.922</u>	<u>31.639</u>	<u>46.258</u>	<u>36.649</u>
Não circulante						Não circulante					
Operações com partes relacionadas	9	10.687	8.217	2.036	2.037	Empréstimos e financiamentos	14	18.388	14.207	19.660	16.751
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.525	2.605	2.302	3.561	Arrendamento a pagar	15	603	603	603	603
Outros ativos		97	-	97	-	Operações com partes relacionadas	9	378	1.440	378	1.440
Investimentos	10	33.493	31.458	-	-	Contas a pagar por aquisição	21	12.974	12.824	17.881	17.522
Imobilizado	11	31.612	20.363	37.162	25.074	Receita diferida		415	-	415	-
Direitos de uso	15	1.822	1.989	1.822	1.989	Outros impostos a pagar	17.2	3.452	4.894	4.070	5.764
Intangível	12	9.896	9.515	44.345	44.510	Provisão para perda com investimentos	10	-	1.164	-	-
		<u>89.132</u>	<u>74.147</u>	<u>87.764</u>	<u>77.171</u>	Provisão para contingências	19	1.222	1.222	1.222	1.222
								<u>37.432</u>	<u>36.354</u>	<u>44.229</u>	<u>43.302</u>
						Patrimônio Líquido	22				
						Capital social		67.227	67.151	67.227	67.151
						Reserva de capital		5.259	5.259	5.259	5.259
						Prejuízos acumulados		(20.541)	(29.983)	(20.541)	(29.983)
								<u>51.945</u>	<u>42.427</u>	<u>51.945</u>	<u>42.427</u>
						Participação dos não controladores				510	1.463
								<u>51.945</u>	<u>42.427</u>	<u>52.455</u>	<u>43.890</u>
Total do ativo		<u><u>131.299</u></u>	<u><u>110.420</u></u>	<u><u>142.942</u></u>	<u><u>123.841</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>131.299</u></u>	<u><u>110.420</u></u>	<u><u>142.942</u></u>	<u><u>123.841</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

OFFICE TOTAL S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional, líquida	23	85.546	73.408	104.395	90.359
Custos dos serviços prestados	24	(43.514)	(33.077)	(49.047)	(37.502)
Lucro bruto		<u>42.032</u>	<u>40.331</u>	<u>55.348</u>	<u>52.857</u>
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(25.952)	(26.547)	(34.638)	(36.035)
Resultado de equivalência patrimonial	10.b	1.716	1.422	-	-
Reversões (provisões) operacionais		-	-	-	114
Outras receitas operacionais, líquidas	26	779	(447)	706	(1.119)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>18.575</u>	<u>14.759</u>	<u>21.416</u>	<u>15.817</u>
Resultado financeiro líquido	27	(3.453)	(4.143)	(3.867)	(4.941)
Participação nos lucros e resultados	16	(2.221)	(2.080)	(2.582)	(2.080)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>12.901</u>	<u>8.536</u>	<u>14.967</u>	<u>8.796</u>
Imposto de renda e contribuição social	28				
Corrente		(1.827)	(92)	(3.183)	(1.001)
Diferido		(1.080)	(1.676)	(1.260)	(720)
Lucro líquido do exercício		<u>9.994</u>	<u>6.768</u>	<u>10.524</u>	<u>7.075</u>
Participação dos controladores				9.994	6.768
Participação dos não controladores				530	307

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

OFFICE TOTAL S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro do exercício	9.994	6.768	10.524	7.075
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	9.994	6.768	10.524	7.075
Participação dos controladores			9.994	6.768
Participação dos não controladores			530	307

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

OFFICE TOTAL S.A.

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Controladora			Total	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	67.151	12.000	(36.751)	42.400	1.156	43.556
Cancelamento de ações em tesouraria (nota 22.2)	-	(6.741)	-	(6.741)	-	(6.741)
Lucro líquido do exercício	-	-	6.768	6.768	307	7.075
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67.151	5.259	(29.983)	42.427	1.463	43.890
Lucro líquido do exercício	-	-	9.994	9.994	530	10.524
Aumento de capital (nota 22.1)	76	-	-	76	-	76
Juros sobre capital próprio	-	-	2.037	(2.037)	-	(2.037)
Resultado da incorporação reversa	-	-	1.483	1.483	(1.483)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.227	5.259	(20.543)	51.944	510	52.454

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

OFFICE TOTAL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	9.994	6.768	10.524	7.075
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		-		
Depreciação e amortização	16.042	16.959	18.478	15.476
Equivalência patrimonial	(1.716)	(1.422)	-	-
Ajuste de estoque	-	(27)	(50)	(36)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	102	429	697	821
Provisão (reversão) para perdas esperadas	94	(3.305)	280	108
Juros e variações monetárias	2.197	96	2.383	-
Provisão para contingências	-	(78)	-	(78)
	26.713	19.420	32.312	23.366
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes, líquido	(2.711)	5.065	(2.590)	5.002
Estoques	(1.349)	1.413	(821)	1.735
Impostos a recuperar	(111)	402	127	725
Outros valores a receber	(2.597)	(228)	(3.423)	(130)
Partes relacionadas	(2.470)	-	-	-
Fornecedores	4.090	276	3.394	1.160
Impostos a pagar	1.469	4.053	2.896	5.067
Obrigações trabalhistas	843	(417)	900	(117)
Contas a pagar	150	2.865	359	2.987
Outras contas a pagar	675	85	601	399
Diversos	-	-	-	(15)
Caixa gerado pelas operações	24.702	32.934	33.755	40.179
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(2.148)	(1.702)	(2.377)	(1.954)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.656)	1.676	(3.130)	720
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.898	32.908	28.248	38.945
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(28.246)	(13.220)	(30.813)	(15.566)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	1.031	-	1.022	-
(Aquisição) baixa de investimentos	-	-	-	(1.265)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(27.215)	(13.220)	(29.791)	(16.831)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Pagamentos e juros sobre arrendamentos	(1.064)	(1.366)	(1.064)	(1.366)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	(6.741)	-	(6.741)
Partes relacionadas	(946)	(2.859)	(946)	24
Captação de empréstimos e financiamentos	26.712	11.377	26.712	11.377
Amortização de empréstimos e financiamentos	(18.674)	(7.830)	(19.906)	(8.875)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	6.028	(7.419)	4.796	(5.581)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(289)	12.269	3.253	16.533
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.656	6.387	24.713	8.180
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.368	18.656	27.967	24.713
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(289)	12.269	3.253	16.533

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

Office Total S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Rua São Januário, 485 - São Cristóvão, RJ, CEP 24431-580, e que tem por objeto a locação e manutenção de máquinas para escritórios, e comércio atacadista e varejista de suprimentos de escritórios e outros, que atua no mercado de *outsourcing* de impressão e soluções para gestão e controle de documentos. Com 300 colaboradores e equipe técnica própria, a Companhia possui mais de 1.000 clientes em diferentes regiões do Brasil.

Com diversificado portfólio de produtos, a Office Total S.A. é uma das maiores empresas independentes do setor no país.

Reestruturação societária

a) Incorporação reversa Office Plotter

Em 31 de março de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Office Plotter - Impressoras e Copiadoras para Grandes Formatos Ltda. pela Bird Solution Ltda., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira. Como resultado desta incorporação, a Office Plotter Ltda. foi extinta de pleno direito e a Bird Solution Ltda. tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido negativo da Office Plotter foi avaliado em 28 de fevereiro de 2021 com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 938, conforme Laudo de Avaliação Contábil Para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. Os acervos líquidos contábeis avaliados estão apresentados como segue:

OFFICE PLOTTER LTDA.	28/02/2021
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	791
Contas a receber de clientes	1.199
Estoques	168
Impostos a recuperar	111
Imposto diferido	956
Outros valores a receber	11
Permanente	10.672
Total ativos incorporados	13.908

Passivo	
Fornecedores	61
Empréstimos e financiamentos	3.857
Obrigações trabalhistas	89
Impostos a pagar	327
Contas a pagar	10.498
Outras contas a pagar	14
Total passivos assumidos	14.846
Acervo líquido negativo	(938)

O saldo do investimento e de valores a receber e a pagar da Office Plotter junto à Bird Solution foram eliminados no processo de incorporação, em 31 de março de 2021. Adicionalmente, a Bird Solution absorveu o ágio mantido pela Office Plotter no montante de R\$ 3.476, os quais foram reconhecidos no ativo intangível, fundamentado pela rentabilidade futura e sujeito à análise de recuperabilidade anual pela Administração.

b) Incorporação reversa Jardim Pernambuco

Em 31 de março de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Jardim Pernambuco S.A pela Office Total S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira. Como resultado desta incorporação, a Jardim Pernambuco S.A foi extinta de pleno direito e a Office Total S.A tornou-se sua sucessora e investida direto do Etna LBO V - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

O patrimônio líquido da Jardim Pernambuco foi avaliado em 28 de fevereiro de 2021 com base no valor contábil de R\$ 34.762, conforme Laudo de Avaliação Contábil Para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. Os acervos líquidos contábeis avaliados estão apresentados como segue:

Jardim Pernambuco S.A	<u>28/02/2021</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Impostos a recuperar	77
Investimentos	34.686
Total ativos incorporados	<u>34.764</u>
Passivo	
Fornecedores	2
Total passivos assumidos	<u>2</u>
Acervo líquido	<u><u>34.762</u></u>

O saldo do investimento e patrimônio líquido do investimento Office Total S.A na Jardim Pernambuco foram eliminados no processo de incorporação, em 31 de março de 2021, gerando um aumento de capital na Office Total S.A de R\$ 76.

COVID-19

A Administração da Companhia, antes de tomar conhecimento da decretação de pandemia pela OMS, instalou um comitê de guerra visando à preservação, primeiramente da vida e depois da Companhia, e a consequente manutenção dos empregos. Esse comitê é composto pelos diretores, conselheiros e sócios da Companhia. Antes do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, o comitê preparou os estoques e a cadeia de suprimentos para suportar o novo cenário de redução de produtos no mercado devido à queda da produção na China. Após a chegada da COVID-19 no Brasil, o Comitê atuou para preservar a vida dos funcionários, primeiramente segregando os funcionários de grupos de risco e colocando-os em *home office*; na sequência preparando toda a operação de escritório para atuar remotamente, também em *home office*; e por fim reduzindo os horários de trabalho e implementando rodízio para as funções operacionais que não permitem atuação remota, assim evitando aglomerações e consequentemente contaminações. Ainda antes do fim da primeira quinzena de março, 100% dos nossos colaboradores das áreas comercial, vendas, marketing, contabilidade, fiscal, jurídico, informações gerenciais, atendimento ao cliente e outros, já se encontravam nessa condição.

Com os colaboradores seguros, o Comitê focou na perpetuação e passagem por esse difícil momento. Foram traçados cenários financeiros e baseado nestes foram então tomadas decisões, como: preservação do caixa, negociação com os bancos das parcelas vincendas dos empréstimos e juros, tomada de novas linhas de crédito visando fortalecer o caixa, renegociação com os nossos principais fornecedores das parcelas vincendas dos próximos meses, e por fim a utilização do benefício governamental da MP 936/2020, referente à redução dos custos trabalhistas. Dessa forma, foi negociada, individualmente, a redução da carga horária dos colaboradores, tendo a administração se comprometido a manter no mínimo 75% da renda líquida destes.

No final de 2020, tendo em vista a queda dos níveis de contaminação com a COVID-19, houve um retorno gradual das equipes que se encontravam em *home office*, com metade das equipes trabalhando em regime de escala, em ambientes devidamente descontaminados e respeitando o isolamento social. Em 2021, com o início da segunda onda, 100% dos profissionais que podiam realizar suas atividades remotamente, retornaram ao *home office*, situação na qual a Companhia se encontra nesse momento.

Em termos de negócios e perpetuação da Companhia, a Covid não ofereceu maiores impactos, com a Companhia passando com um caixa robusto, sem necessidade de demissões ou cortes, e ainda mais preparada para os novos desafios de crescimento orgânico ou por aquisições.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária brasileira.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 20 de maio de 2022.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real estão em milhares, exceto quando indicados de outra forma.

Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações das investidas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Controlada	2021		2020	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Office Plotter	-	-	100,00%	-
Bird Solution	80,00%	-	-	80,00%

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas empresas consolidadas.

Em 31 de março de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Office Plotter - Impressoras e Copiadoras para Grandes Formatos Ltda. pela Bird Solution Ltda., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira. Como resultado desta incorporação, a Office Plotter Ltda. foi extinta de pleno direito e a Bird Solution Ltda. tornou-se sua sucessora.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. Seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito.

Baseado no CPC 48 (Instrumentos Financeiros), a Administração da Companhia efetua análise individual de sua carteira de recebíveis para determinar os valores de provisão de crédito esperada. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes e outros créditos, levando em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados.

c) Partes relacionadas

Incluem as transações realizadas entre a controladora e suas controladas diretas ou indiretas, bem como com aquelas nas quais a controladora mantém investimentos relevantes, em condições similares àquelas praticadas com partes independentes.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio ponderado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Incluem os investimentos permanentes e relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O ágio resultante da aquisição de investimento, posteriormente incorporado, é demonstrado no investimento e refere-se ao montante apurado em conformidade com as práticas contábeis aceitas.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, quando houver.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, sendo o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A Companhia possui registrados os contratos vigentes na data da aquisição ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia reconhece o contas a receber de clientes e partes relacionadas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

- Como os gerentes do negócio são remunerados.

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e mútuo com partes relacionadas. Os ativos financeiros são representados por depósitos bancários e o contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A classificação dos ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota Explicativa nº 29.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Não há itens classificados ao VJR em 2021 e 2020.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados como mensurados ao custo amortizado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Não há instrumentos de dívida ao VJORA em 2021 e 2020.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Não há instrumentos patrimoniais ao VJORA em 2021 e 2020.

j) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, quando existam, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Tais revisões são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

k) Arrendamentos

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento – Nota Explicativa nº 15. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a ser realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

l) Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como as operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas ao valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações.

m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

n) Provisões e outros passivos circulantes e não circulantes

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

p) Provisão para riscos trabalhistas e tributários

As provisões para ações judiciais, quando existentes, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até a data do balanço pelos montantes estimados de provável desembolso de caixa, observada sua natureza e com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

q) Reconhecimento da receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até as datas dos balanços, de acordo com as medições efetuadas, compreendendo parcelas já faturadas e outras a faturar pelos serviços prestados.

A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Natureza da receita	Época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento	Reconhecimento da receita conforme CPC 47 (IFRS 15)
Aluguel de impressoras e equipamentos	As receitas são apuradas de acordo com o contrato de cada cliente. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre mensalmente, mediante a emissão do faturamento. A receita é determinada com base nos preços previamente acordado em contrato e faturadas dentro de mês de competência.
Vendas de suprimentos	As receitas são apuradas de acordo com o faturamento. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre no momento da emissão da NF de venda e da entrega imediata ao cliente.
Venda de máquinas	As receitas são apuradas de acordo com o faturamento. Os valores são recebidos em até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre no momento da emissão da NF de venda e da entrega imediata ao cliente.
<i>Outsourcing</i> de computadores, equipamentos e processos	As receitas são apuradas de acordo com o contrato de cada cliente. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre mensalmente, mediante a emissão do faturamento. A receita é determinada com base nos preços previamente acordado em contrato e faturadas dentro de mês de competência.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

(i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis perante as autoridades fiscais, hipótese em que são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

r) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

s) Benefícios a funcionários e dirigentes

A Companhia possui apenas plano de participação nos lucros ou bônus, não possuindo planos de aposentadoria ou de outros benefícios pós-demissão ou aposentadoria.

t) Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas:

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Provisão para perdas de crédito esperada (PCE) - Nota Explicativa nº 5.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

b) Provisão para perdas nos estoques - Nota Explicativa nº 6.

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda e na validade de determinados produtos. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques.

c) Depreciação e amortização - Nota Explicativa nº 11 e 12.

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia se mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Provisão para contingências - Nota Explicativa nº 19.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

e) Impostos diferidos - Nota Explicativa nº 20.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

u) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos feita pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista nos atos estatutários da Companhia.

3.1. Novas normas e interpretações vigentes

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) **Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(b) **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem 'integralmente vinculada', com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2021, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R\$ 1.989 mil (Nota 11 e 15) e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 1.989 (Nota 15), resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 676. Não haverá impacto sobre os lucros acumulados com a adoção das alterações.

(c) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.854	216	2.031	958
Aplicações financeiras	16.514	18.440	25.936	23.755
	<u>18.368</u>	<u>18.656</u>	<u>27.967</u>	<u>24.713</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em fundos de investimentos de renda fixa que apresentam liquidez imediata e risco insignificante de perda, com rendimentos próximos a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5. Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Duplicatas a receber de clientes	11.951	10.725	13.926	12.832
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(1.611)	(3.002)	(1.891)	(3.120)
	<u>10.340</u>	<u>7.723</u>	<u>12.035</u>	<u>9.712</u>

A Companhia avaliou as perdas em crédito esperadas, levando em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, o comportamento de pagamentos de seus clientes, sua taxa histórica de inadimplência e estimativas futuras de perdas.

Em 31 de dezembro de 2021, o total de provisão para perda de crédito esperada totaliza R\$ 1.611 e R\$ 1.891, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 3.002 e R\$ 3.120, controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2020).

Composição por vencimento dos valores de contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	7.793	6.431	8.925	7.909
Vencido até 30 dias	1.212	699	1.320	895
Vencido até 60 dias	350	202	402	297
Vencido até 90 dias	102	105	128	214
Vencido até 120 dias	77	69	86	161
Vencido até 180 dias	168	214	197	303
Vencido até 360 dias	635	345	839	380
Vencido superior a 360 dias	1.614	2.660	2.029	2.673
	11.951	10.725	13.926	12.832

A movimentação das perdas esperadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(3.002)	(6.307)	(3.120)	(6.432)
Adições, líquidas	(94)	(1.290)	(280)	(1.394)
Baixas	1.485	4.595	1.509	4.706
Saldo final	(1.611)	(3.002)	(1.891)	(3.120)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Máquinas e produtos para revenda	10.124	8.775	11.566	10.745
Provisão de perda em estoque	(14)	(14)	(14)	(64)
	10.110	8.761	11.552	10.681

A movimentação das perdas esperadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(14)	(2.431)	(64)	(2.466)
Adições	-	(14)	-	(29)
Baixas	-	2.431	50	2.416
Saldo final	(14)	(14)	(14)	(64)

7. Impostos a recuperar

7.1 IR e CS a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRFs aplicação finan. a recuperar	6	-	5	-
IRPJ e CSLL a recuperar	-	5	11	253
	6	5	16	253

7.2 Demais impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS a recuperar	-	-	-	-
COFINS a recuperar	-	-	-	-
ICMS a recuperar	134	-	135	-
ISS a recuperar	-	25	-	25
INSS a recuperar	133	132	236	236
	267	157	371	261
Total - Impostos a recuperar	273	162	387	514

8. Outros valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento a funcionários	303	141	309	158
Adiantamento a fornecedores	570	89	585	96
Despesas antecipadas (*)	2.130	728	2.271	783
Outros créditos	73	13	72	13
	3.076	971	3.237	1.050

(*) As despesas antecipadas referem-se substancialmente a: vale transporte, vale refeição, assistência médica e seguros que serão apropriados ao resultado pela sua competência, além de gastos com determinadas comissões e gastos iniciais de implantação que são reconhecidas no resultado pelo prazo dos contratos de aluguel.

9. Operações com partes relacionadas

Referem-se aos valores a receber junto às suas controladas, Office Plotter e Bird Solutions, e valores a pagar ao sócio referentes ao contrato de mútuo celebrado, cujo vencimento ocorrerá no decorrer dos próximos exercícios.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
a) Ativo				
Office Plotter	-	6.766	-	-
Bird Solution	9.348	1.451	-	-
Transações c/ parte relacionada PF	1.339	-	2.036	2.037
	10.687	8.217	2.036	2.037
b) Passivo				
Transações c/ parte relacionada PF	378	1.440	378	1.440
	378	1.440	378	1.440

As operações com as partes relacionadas não preveem a cobrança de juros, nem prazo específico de liquidação do pagamento.

As operações referem-se basicamente a rateio de despesas da Companhia com suas controladas, sendo: Mão de obra, despesas fixas, aluguel e determinados equipamentos.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta de vendas		
Office Total	176	590
Office Plotter	1.167	1.101
	1.343	1.691
Custos		
Office Total	(176)	(590)
Office Plotter	(1.167)	(1.101)
	(1.343)	(1.691)

O valor da remuneração dos administradores com base no pró-labore, em 2021, foi de R\$ 4.137 (R\$ 1.605 em 2020).

A Companhia tem provisionado o valor de R\$ 1.797 referente à participação nos lucros do exercício de 2021, que deverá ser liquidado durante o exercício de 2022.

10. Investimentos

a) **Informações sobre os investimentos em 2021 e 2020 estavam assim apresentados:**

2021

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
BIRD Solution	80%	23.028	5.774	2.544	2.650

2020

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Office Plotter	100,00%	14.732	2.072	(1.164)	1.422

b) A movimentação dos investimentos mantidos pela controladora em controladas e coligadas, em 2021 e 2020, estava assim apresentada:

	Saldo em 2020	Aquisição de investimentos	Baixa de investimentos	Equivalência patrimonial	Saldo em 2021
Investimentos					
Office Plotter	(1.164)	-	981	183	-
BIRD Solution	-	502	-	1.533	2.035
Ágio aq. de investim. - Office Plotter	672	-	-	-	672
Ágio aq. de investim. - Costa Petróleo	517	-	-	-	517
Ágio aq. de investim. - Super Parts	4.417	-	-	-	4.417
Ágio aq. de investim. - Office Total	22.634	-	-	-	22.634
Ágio aq. de investim. - Solution	2.547	-	-	-	2.547
Ágio aq. de investim. - Docprovider	671	-	-	-	671
	30.294	502	981	1.716	33.493
Investimentos	31.458				33.493
Provisão para perdas em investimento	(1.164)				-

	Saldo em 2019	Equivalência patrimonial	Saldo em 2020
Investimentos			
Office Plotter	(2.586)	1.422	(1.164)
Ágio aq. de investim. - Office Plotter	672	-	672
Ágio aq. de investim. - Costa Petróleo	517	-	517
Ágio aq. de investim. - Super Parts	4.417	-	4.417
Ágio aq. de investim. - Office Total	22.634	-	22.634
Ágio aq. de investim. - Solution	2.547	-	2.547
Ágio aq. de investim. - Docprovider	671	-	671
	28.872	1.422	30.294
Investimentos	31.458		31.458
Provisão para perdas em investimento	(2.586)		(1.164)

A Administração realizou, no exercício de 2021, análise da recuperabilidade do montante de ágio registrado na aquisição de participação de investimento utilizando WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) 12,3% ao ano e não foi identificada necessidade de constituição de provisão para redução do valor contabilizado.

A metodologia utilizada para definir a rentabilidade da Companhia como sendo seu valor operacional, compreendeu o valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Esse fluxo é composto pelo lucro líquido após os impostos, acrescidos dos itens não caixa (depreciação e amortização) e deduzidos dos investimentos em ativos operacionais.

O período projetivo operacional do fluxo de caixa líquido é determinado levando-se em consideração o tempo que a Companhia levará para apresentar uma atividade operacional estável, ou seja, sem variação operacional julgado relevante. O fluxo é trazido ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado.

11. Imobilizado

a) Controladora

	Taxa Deprec.	2020	Adições	Baixas	Depreciação	2021
Móveis e utensílios	10%	181	118	-	(37)	262
Veículos	20%	-	183	-	(36)	147
Máquinas e equipamentos	33%	19.048	23.989	(1.073)	(11.363)	30.603
Mais/menos valia	25%	694	-	-	(694)	-
Computadores e periféricos	20%	293	239	-	(129)	403
Instalações	10%	147	118	-	(68)	197
		20.363	24.649	(1.073)	(12.327)	31.612

	Taxa Deprec.	2019	Adições	Baixas	Depreciação	2020
Móveis e utensílios	10%	218	1	-	(38)	181
Máquinas e equipamentos	33%	18.904	11.239	(444)	(10.651)	19.048
Mais/menos valia	25%	2.524	-	-	(1.830)	694
Computadores e periféricos	20%	317	109	-	(133)	293
Instalações	10%	232	4	-	(89)	147
		22.195	11.353	(444)	(12.741)	20.363

b) Consolidado

	Taxa Deprec.	2020	Adições	Baixas	Depreciação	2021
Móveis e utensílios	10%	245	118	-	(37)	326
Veículos	20%	37	183	-	(52)	168
Máquinas e equipamentos	33%	23.646	26.548	(1.659)	(12.474)	36.061
Mais/menos valia	25%	694	-	-	(694)	-
Computadores e periféricos	20%	305	246	-	(141)	410
Instalações	10%	147	118	-	(68)	197
		25.074	27.213	(1.659)	(13.466)	37.162

	Taxa Deprec.	2019	Adições	Baixas	Depreciação	2020
Móveis e utensílios	10%	291	1	(8)	(39)	245
Veículos	20%	53	-	-	(16)	37
Máquinas e equipamentos	33%	23.263	13.567	(813)	(12.371)	23.646
Mais/menos valia	25%	2.524	-	-	(1.830)	694
Computadores e periféricos	20%	321	119	-	(135)	305
Instalações	10%	232	4	-	(89)	147
		26.684	13.691	(821)	(14.480)	25.074

A aquisição de máquinas e equipamentos são para a atividade fim da Companhia, locações.

Por determinação da administração a Companhia avaliou as taxas de depreciação similares as taxas aplicadas pela legislação fiscal, à exceção das máquinas e dos equipamentos, para os quais utiliza as taxas definidas em laudo.

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos ou ainda quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, conforme previsto no CPC 01.

12. Intangível

a) Controladora

	Taxa	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 2021
Carteiras de clientes	10% a 30%	6.972	-	-	(2.482)	4.490
Softwares	20%	2.543	3.598	(60)	(675)	5.406
		<u>9.515</u>	<u>3.598</u>	<u>(60)</u>	<u>(3.157)</u>	<u>9.896</u>

	Taxa	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 2020
Carteiras de clientes	10% a 30%	9.458	-	-	(2.486)	6.972
Softwares	20%	1.024	1.901	(2)	(380)	2.543
Marcas e patentes		2	-	(2)	-	-
		<u>10.484</u>	<u>1.901</u>	<u>(4)</u>	<u>(2.866)</u>	<u>9.515</u>

b) Consolidado

	Taxa	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 2021
Carteira de cliente	10% a 30%	9.783	-	-	(3.013)	6.770
Softwares	20%	2.605	3.598	(60)	(690)	5.453
Marcas e patentes		2	-	-	-	2
Ágios aquisição de investimentos		32.120	-	-	-	32.120
		<u>44.510</u>	<u>3.598</u>	<u>(60)</u>	<u>(3.703)</u>	<u>44.345</u>

	Taxa	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 2020
Carteira de cliente	10% a 30%	9.458	2.814		(2.489)	9.783
Softwares	20%	1.095	1.911	-	(401)	2.605
Marcas e patentes		2	-	-	-	2
Ágios aquisição de investimentos		33.669	1.265	(2.814)	-	32.120
		44.224	5.990	(2.814)	(2.890)	44.510

Para atribuição de valor ao intangível da carteira de clientes foi utilizado o valor presente líquido do resultado futuro projetado sobre os contratos existentes à época da aquisição, no montante líquido de R\$ 6.771 (R\$ 9.783 em 2020), amortizado no prazo definido em laudo efetuado por empresa especializada.

- (a) Para os valores referentes ao ágio de investimentos foi realizado teste de *impairment*, que não apurou ajuste a ser realizado.
- (b) O ágio no montante de R\$ 32.120 está representado por R\$ 28.240 referentes ao ágio na aquisição da Laranjeiras Participações, em 2014; R\$ 3.218 referentes ao ágio na aquisição da Solution Automação, em 2019; e R\$ 662, da Bird Solution, em 2020.

13. Fornecedores

Essa conta refere-se à aquisição de máquinas e equipamentos de terceiros e demais insumos necessários para atender à atividade da Companhia, saldo em 31 de dezembro de 2021 consolidado de R\$ 12.913 (R\$ 9.502 em 2020) e controladora de R\$ 11.498 (R\$7.408 em 2020).

14. Empréstimos e financiamentos

Empresa/Credor	Vencimento	Taxa anuais	Controladora						2021
			2020	Capt.	Amort.	IOF	Jrs Pag.	Jrs Prov.	
Banco do Brasil	(b) 20/09/2022	CDI + 3%	11.451	-	(6.000)	-	(785)	676	5.342
Banco do Brasil	(c) 26/02/2023	CDI + 3%	8.084	-	(2.857)	-	(445)	409	5.191
Banco Bradesco	(d) 28/02/2022	CDI + 3,4%	951	-	(815)	-	(37)	38	138
Banco Bradesco	(a) 19/07/2025	10,92%	-	960	(100)	2	(25)	25	862
Banco Bradesco	(a) 30/08/2025	12,45%	-	810	(67)	1	(19)	21	745
Banco Bradesco	(a) 28/09/2025	13,08%	-	2.139	-	3	(68)	68	2.142
Banco Bradesco	(a) 16/11/2025	14,82%	-	2.251	-	1	(27)	27	2.252
Banco Bradesco	(a) 3/12/2025	15,39%	-	3.459	-	-	-	-	3.459
Banco Bradesco	(a) 30/12/2025	15,53%	-	1.761	-	-	-	-	1.761
Banco Santander	(a) 15/10/2026	CDI + 4,6%	-	927	-	-	-	7	934
Banco Santander	(a) 9/12/2026	14,98%	-	87	-	-	-	-	87
Banco Santander	(a) 28/12/2026	14,98%	-	318	-	-	-	-	318
CEF	3/27/2023	CDI + 3,29%	9.015	-	(9.000)	-	(280)	265	(0)
CEF	(e) 2/07/2024	CDI + 2,55%	-	14.000	-	-	(462)	650	14.188
(-) Diferimento custo de captação BB			(357)	-	164	-	-	-	(193)
			29.144	26.712	(18.675)	7	(2.148)	2.186	37.226

				Controladora						
		Vencimento	Taxa anuais	2019	Capt.	Amort.	IOF	Jrs Pag.	Jrs Prov.	2020
Em moeda nacional										
Capital de giro										
Banco do Brasil	(b)	20/09/2022	CDI + 0,25% am	16.527		(4.246)		(849)	19	11.451
Banco do Brasil	(c)	26/02/2023	CDI + 0,25% am	9.362		(873)		(445)	40	8.084
Banco Bradesco	(d)	25/02/2022	CDI + 0,28% am	1.728		(722)	35	(91)	1	951
Banco Bradesco		24/03/2023	CDI + 0,57% am	-	2.300	(2.222)	42	(120)		-
CEF		03/07/2023	CDI + 0,27% am	-	9.000	176		(197)	36	9.015
(-) diferimento custo captação BB				(414)		57				(357)
				27.203	11.300	(7.830)	77	(1.702)	96	29.144

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante		18.838	14.937	20.125	16.222
Não circulante		18.388	14.207	19.660	16.751
		37.226	29.144	39.785	32.973

- (a) O referido empréstimo fora captado para financiar a aquisição de equipamentos, tendo garantia os próprios equipamentos financiados.
- (b) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis + 51% das ações OT e *covenants* referentes à Net Debt/EBITDA (2.5x): 2019 e (2.5x) de 2020 até 2023.
- (c) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis + 51% das ações OT e *covenants* referentes à Net Debt/EBITDA (2.5x): 2019 e (2.5x) de 2020 até 2023.
- (d) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis.
- (e) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis + 15% do saldo mantidos em aplicação financeira.

15. Arrendamentos

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento referente à locação de imóveis e veículos utilizados na operação, assim demonstrados:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Direito de uso	2.929	4.266	2.929	4.266
(-) Depreciação acumulada	(1.107)	(2.277)	(1.107)	(2.277)
	<u>1.822</u>	<u>1.989</u>	<u>1.822</u>	<u>1.989</u>

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Arrendamentos a pagar				
Circulante	1.309	1.386	1.309	1.386
Não circulante	603	603	603	603
	<u>1.912</u>	<u>1.989</u>	<u>1.912</u>	<u>1.989</u>

(-) Depreciação acumulada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo Inicial	(2.277)	(892)	(2.277)	(892)
Adições	(167)	(1.385)	(167)	(1.385)
Baixas	1.337	-	1.337	-
Saldo Final	<u>(1.107)</u>	<u>(2.277)</u>	<u>(1.107)</u>	<u>(2.277)</u>

(-) Juros a apropriar:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo Inicial	(32)	-	(32)	(132)
Adições	(42)	(215)	(42)	-
Baixas	-	83	-	100
Saldo Final	<u>(74)</u>	<u>(132)</u>	<u>(74)</u>	<u>(32)</u>

Trazidos ao valor presente pela taxa média dos financiamentos (CDI + 0,32% a.a.).

16. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários a pagar	625	495	710	565
IRRF s/ salários	422	221	463	249
INSS a recolher	451	367	508	416
FGTS a recolher	132	105	153	127
Pensão alimentícia	9	9	10	11
Participação nos lucros e resultados	1.551	1.551	1.797	1.797
Provisões de férias	2.294	1.893	2.664	2.240
	5.484	4.641	6.305	5.405

17. Impostos a pagar

17.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ a pagar	132	-	231	89
CSSL a pagar	50	11	86	43
	182	11	317	132

17.2 Demais impostos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ISS a pagar	20	28	25	37
ICMS a pagar	97	32	140	48
Retidos de terceiros a pagar	16	19	17	21
COFINS/faturamento a pagar	226	205	306	297
PIS s/ faturamento a pagar	49	44	66	64
PIS/COFINS/CSSL a pagar	24	38	28	40
Parcelamentos de impostos (*)	5.101	6.544	6.009	7.701
	5.533	6.910	6.591	8.208

(*) referem-se a parcelamentos de impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS). Os mesmos estão sendo liquidados mensalmente.

Circulante	2.081	2.016	2.521	2.444
Não circulante	3.452	4.894	4.070	5.764

18. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de clientes	442	378	456	464
Outras contas a pagar	-	639	224	867
Outros	112	223	112	227
	554	1.240	792	1.558

19. Provisões para contingências

A Companhia é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais.

Contingências	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	236	236	236	236
Fiscais	26	26	26	26
Cíveis	960	960	960	960
	1.222	1.222	1.222	1.222

A Companhia possui o montante de R\$ 320 (R\$ 295 em 2020) relativos a processos cíveis com probabilidade de perda possível.

Trabalhistas:

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outros.

Cíveis:

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2021, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O montante de R\$ 2.302 (R\$ 3.561 em 2020), registrado como imposto de renda e contribuição social diferido foi apurado decorrente da combinação de negócio oriunda da compra do grupo econômico, referente à carteira de clientes.

Durante o ano de 2021 o saldo apresentou a seguinte movimentação:

Descrição	Prazo (anos) (*)	Base diferido	Impostos diferidos	Despesa de 2021
Carteira de clientes - OT	10,0	7.870	(2.676)	(304)
Mais valia - Solution	3,83	3.368	(1.145)	(339)
Menos valia - DOC Provider	2,83	(234)	80	32
Carteira de clientes - Solution	3,83	5.087	(1.730)	(512)
Carteira de clientes - DOC	2,83	1.003	(341)	(137)
		17.094	5.812	(1.260)

(*) Os prazos estabelecidos estão devidamente suportados pelos PPA's das combinações de negócios.

21. Contas a pagar por aquisição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aquisição da Bird (c)	-	-	4.907	4.698
Aquisição do Doc/Solution (b)	12.974	12.576	12.974	12.576
Aquisição da Xsol (a)	-	248	-	248
	12.974	12.824	17.881	17.522

- (a) Em outubro de 2016, a Companhia adquiriu 100% do capital da Xsol Serviços Ltda., incorporada em abril de 2017, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 248 em 2020, plenamente liquidado.
- (b) Em março de 2019, a Companhia adquiriu 100% da Docprovider e da Solution Automação, incorporadas em setembro 2019, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 12.974 (R\$ 12.576 em 2020), que será liquidado em cinco anos, atualizado pela taxa CDI.
- (c) Em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 80% da Bird Solution, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 4.907 (R\$ 4.698 em 2020), que será liquidado em cinco anos, atualizado pela taxa CDI.

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Em 31 de março de 2021, foi aprovado o aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 76, sem emissão de ações com emissão de 1.361.756 ações. Esse aumento de capital corresponde ao valor do acervo líquido da Jardim Pernambuco depois de descontadas as contas dos ativos que serão canceladas quando vertidas ao patrimônio da Companhia. O aumento de capital da Companhia será realizado sem a alteração do número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Incorporadora.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social de R\$ 67.227 (R\$ 67.151 em 2020) é representado por 44.952.095 (44.952.095 em 2020) ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

22.2 Reserva de capital

Em 30 de setembro de 2020, o acionista Ulysses Alexiades Neto exerceu seu direito de venda e vendeu 6.985.623 ações ordinárias, que foram adquiridas pela Companhia e imediatamente canceladas, sendo o valor compensado da reserva de capital existente, de R\$ 12.000 para R\$ 5.259.

A redução da quantidade das ações derivou do cancelamento de ações em tesouraria, sem a redução do capital no valor de R\$ 6.741 correspondente a 6.985.623 ações.

22.3 Juros sobre capital próprio

Em 14 de junho de 2021, a Companhia aprovou a destinação de Juros sobre capital próprio (“JCP”) aos acionistas utilizando como base o Patrimônio líquido da Companhia na data base de 31/12/2020. O valor calculado e registrado foi de R\$ 1.930.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou a destinação de Juros sobre capital próprio (“JCP”) aos acionistas utilizando como base o Patrimônio líquido da Companhia na data base de 31/12/2020. O valor calculado e registrado foi de R\$ 107.

O saldo a pagar a título de JCP no valor de R\$ 1.976 corresponde ao líquido da retenção e imposto de renda no percentual de 15% sobre o valor destinado ao acionista pessoa física.

22.4 Prejuízos acumulados

A Companhia possui prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 20.541 (R\$ 29.983 em 2020).

23. Receita operacional, líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas				
Receita de revenda de mercadorias	7.485	4.436	7.230	6.637
Receita de locação	83.153	73.111	101.626	85.265
Receita de serviços	5.124	4.073	8.008	9.801
	95.762	81.620	116.184	101.703
Dedução de vendas				
Devoluções	(599)	(130)	(630)	(242)
Impostos s/ vendas e serviços*	(9.617)	(8.082)	(11.889)	(11.102)
	(10.216)	(8.212)	(12.469)	(11.344)
Receita líquida	85.546	73.408	104.395	90.359

* Composto pelos seguintes impostos por ISS, ICMS, PIS e COFINS

O crescimento da receita de locação da Companhia ocorreu substancialmente pelo crescimento da base de clientes, bem como, a aplicação dos reajustes previstos nos contratos de locação atrelados a indicadores como IPGM e IPCA.

24. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Suprimentos	(19.117)	(15.140)	(23.468)	(18.624)
Salários, encargos e benefícios	(10.494)	(5.627)	(10.494)	(5.627)
Depreciação de máquinas de locação	(11.363)	(9.969)	(12.371)	(9.969)
Peças	(2.540)	(2.341)	(2.714)	(3.282)
	(43.514)	(33.077)	(49.047)	(37.502)

25. Despesa gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários	(2.696)	(7.166)	(5.929)	(10.118)
Benefícios	(2.533)	(1.111)	(2.961)	(1.534)
Encargos sociais	(4.041)	(3.212)	(4.659)	(4.649)
Concessionárias de serviços públicos	(654)	(579)	(731)	(638)
Aluguéis	(836)	(520)	(972)	(840)
Despesas comerciais (a)	(129)	(112)	(129)	(112)
Serviços de terceiros	(6.600)	(4.447)	(8.305)	(6.165)
Impostos e taxas	(309)	(247)	(358)	(396)
Depreciação e amortização	(4.679)	(6.989)	(6.143)	(8.735)
Fretes e carretos	(2.340)	(1.604)	(2.936)	(1.867)
Outras	(1.135)	(560)	(1.515)	(981)
	(25.952)	(26.547)	(34.638)	(36.035)

(a) As despesas comerciais são referentes aos gastos incorridos no processo de prospecção de novos clientes.

26. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos de PIS e COFINS sobre despesas operacionais	694	565	847	626
Venda de máquinas e equipamentos (a)	1.031	437	875	935
Perda títulos a receber	(1.720)	(3.993)	(1.720)	(4.322)
Baixa de estoque por obsolescência ou validade	(730)	(3.340)	(730)	(3.340)
Reversões de provisões perda estoque e títulos a receber	1.390	5.799	1.230	5.947
Outras	114	85	205	(965)
	779	(447)	706	(1.119)

(a) Representam os ganhos de capital na venda de bens do ativo imobilizado, incluindo a venda de máquinas e equipamentos utilizados em locação, partes, peças e demais equipamentos.

27. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(275)	(261)	(314)	(305)
Juros s/ empréstimos bancários	(2.197)	(1.799)	(2.428)	(2.075)
Juros passivos	(289)	(1.062)	(327)	(1.363)
Outras despesas financeiras	(1.714)	(1.638)	(1.926)	(1.893)
	(4.475)	(4.760)	(4.995)	(5.636)
Receita financeira				
Descontos obtidos	105	95	149	97
Juros s/ duplicatas	231	251	254	323
Operação financeira	687	271	726	275
	1.023	617	1.128	695
Resultado financeiro líquido	(3.453)	(4.143)	(3.867)	(4.941)

28. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) representa a soma dos impostos correntes.

Impostos correntes

A provisão para Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e para Contribuição Social sobre o Lucro líquido é apurada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do Imposto de Renda e da CSLL	12.901	8.536	14.967	8.796
Base IRPJ/CSLL (alíquota atual)	34%	34%	34%	34%
Valor apurado antes das adições/exclusões	(4.386)	(2.902)	(5.086)	(2.991)
Adições:				
Perda por não recebimento de crédito	601	-	601	-
Provisão para perdas de créditos	94	497	120	497
Depreciação IFRS 16	1.330	1.457	1.330	1.457
Doações e brindes	61	60	91	60
Juros sobre capital próprio	2.035	-	2.035	-
Outros adições	52	22	102	22
Exclusões:				
Reversão de provisão para perda de créditos	(1.486)	(3.802)	(1.486)	(3.802)
Reversão de perdas de estoques	-	(2.432)	-	(2.432)
Reversão de PLR	-	(249)	-	(349)
Resersão de provisão de IFRS 16	(1.240)	(1.456)	(1.240)	(1.456)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.716)	(1.418)	-	(1.418)
Amortização de ágio	(644)	(644)	(644)	(644)
Outras exclusões	-	(229)	-	(286)
Amortização de carteira de clientes	(3.178)	(4.929)	(3.705)	(2.118)
Prejuízo fiscal	(2.375)	(147)	(2.375)	(147)
(=) Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(10.852)	(16.147)	(10.260)	(13.606)
Provisão para IRPJ / CSLL (Alíquota Efetiva)	27%	11%	43%	13%
(=) Total - imposto de renda e Contribuição Social devida				
Imposto de Renda e CSLL Corrente	(1.827)	(92)	(3.183)	(1.001)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(1.080)	(1.676)	(1.260)	(720)

As declarações de Imposto de Renda apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

Impostos diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos (“Impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

A provisão para IRPJ e CSLL é apurada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, tendo sido utilizado o regime de lucro presumido até 31 de julho de 2014 e, após esse período, utilizado o regime de lucro real.

29. Instrumentos financeiros análise de sensibilidade

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito
- b. Risco de liquidez
- c. Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Controladoria da Companhia supervisiona e monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de risco e revisa a estrutura de risco determinada.

	<u>2021</u>		<u>2021</u>	
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	18.368	18.368	27.967	27.967
Contas a receber de clientes	10.340	10.340	12.035	12.035
Operações com partes relacionadas	10.687	10.687	2.036	2.036
Outros valores a receber e outros ativos	3.173	3.173	3.334	3.334

Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	11.498	11.498	12.913	12.913
Empréstimos e financiamentos	37.226	37.226	39.785	39.785
Arrendamentos a pagar	1.912	1.912	1.912	1.912
Dividendos e JCP a pagar	1.976	1.976	1.976	1.976
Outras contas a pagar	554	554	793	793
Contas a pagar	12.974	12.974	17.881	17.881
Operação com partes relacionadas	378	378	378	378

	<u>2020</u>		<u>2020</u>	
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	18.656	18.656	24.713	24.713
Contas a receber de clientes	7.723	7.723	9.712	9.712
Operações com partes relacionadas	8.217	8.217	2.037	2.037
Outros valores a receber e outros ativos	971	971	1.050	1.050

Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	7.408	7.408	9.502	9.502
Empréstimos e financiamentos	29.144	29.144	32.973	32.973
Arrendamentos a pagar	1.989	1.989	1.989	1.989
Outras contas a pagar	1.240	1.240	1.558	1.558
Contas a pagar	12.824	12.824	17.522	17.522
Operação com partes relacionadas	1.440	1.440	1.440	1.440

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente ao ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a classificação por nível hierárquico apresenta-se no Nível 2. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para esse mesmo período.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes, financiamentos e caixa e equivalente de caixa. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte de seus clientes.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência além dos montantes provisionados para essas contrapartes.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é o de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Na tabela abaixo está demonstrado o fluxo de vencimentos dos passivos financeiros:

Controladora	De um a três meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	Após 3 anos	Total
Fornecedores	10.411	1.087	-	-	11.498
Empréstimos e financiamentos	3.951	14.887	18.146	242	37.226
Arrendamentos a pagar	307	982	603	-	1.912
Dividendos a pagar	-	1.976	-	-	1.976
Contas a pagar por aquisição	-	-	12.974	-	12.974
Operações com partes relacionadas	-	-	378	-	378
Consolidado	De um a três meses	De um a três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	Após 3 anos	Total
Fornecedores	11.714	1.199	-	-	12.913
Empréstimos e financiamentos	4.271	15.854	19.418	242	39.785
Arrendamentos a pagar	307	982	603	-	1.912
Dividendos a pagar	-	1.976	-	-	1.976
Contas a pagar por aquisição	-	-	12.974	4.907	17.881
Operações com partes relacionadas	-	-	378	-	378

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos e perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar o retorno.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base em 4 de março de 2022, indicavam:

	Taxa efetiva verificada em 2021	Taxa efetiva estimada para 2022
CDI	9,44%	4,00%
TR	0	0,00%
IGP-M	17,78%	8,66%
DÓLAR	R\$ 5,58%	R\$ 5,40

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	9,15%	11,44%	13,73%
Aplicações financeiras				
R\$ 25.936 em 31/12/2021 (Nota nº 4)		2.373	2.966	3.560
Passivos				
Indexador	CDI	9,15%	11,44%	13,73%
Empréstimos				
R\$ 39.785 em 31/12/2021 (Nota nº 14)		3.640	4.550	5.460
Arrendamentos				
R\$ 1.989 (Nota nº 15)	CDI	182	228	273
Contas a pagar por aquisição				
R\$ 17.881 (Nota nº 21)	CDI	1.636	2.045	2.454

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis, com exceção de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e bancos:** estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- **Contas a receber de clientes:** são classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Empréstimos e financiamentos:** captações no mercado para utilização no capital de giro e fortalecimento financeiro para futuras aquisições.
- **Outras contas a pagar:** decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, matérias-primas com preços praticados a valores de mercado.

- **Derivativos:** em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

30. Seguros

É política da Administração manter cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

31. Eventos subsequentes

Aquisição de investimentos

Em 25 de fevereiro de 2022, após o cumprimento das condições precedentes foi assinado o termo de fechamento da transação de aquisição de 80% do capital social da SCM Participações Ltda, pelo valor total de R\$ 45.000. A SCM Participações opera no mesmo tipo de operação da Companhia. O valor foi pago da seguinte forma: R\$ 18.000 na data do fechamento da transação, R\$ 22.000 ao final de 4 anos corrigidos por 100% de CDI e R\$ 5.000 por cumprimento de metas.

Aumento de capital

Em 01 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 1.976 com emissão de 1.361.756 ações, sendo: R\$ 1.632 equivalente a 1.091.178 ações por um preço de ação de R\$ 1,4955 cada pelo acionista Etna LBO V e R\$ 344 equivalente a 270.578 ações por um preço de ação de R\$ 1,2712 cada pelo acionista André Vinicius Ribeiro Pinheiro.

O capital social da Companhia após o aumento de capital passa a ser de R\$ 69.203, dividido em 46.313.851 ações.